





Por ser delegado do transcendente na  
esta Fábula, a manifestação de se  
delegado a mulher Maria Fábula  
e de Jesus.



## PARTE OFFICIAL

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO SR. DR. FRANCISCO CAMILLO DE MOLLANDA

Decreto n. 867 de 10 de novembro de 1917

(Continuação)

## CAPÍTULO III

DO TRIBUNAL DO THESSOURO, SESSÃO E RECURSOS

Art. 7.º - O Tribunal do Thessouro será constituído pelos funcionários mais graduados da Repartição, para acordar sobre o encaminhamento e decisão dos assumptos sujeitos a sua jurisdição.

Art. 8.º - O Tribunal será composto dos seguintes membros:

- 1.º - Do Inspector, como presidente;
- 2.º - Do Contador;
- 3.º - Do Procurador Fiscal e dos Peritos da Fazenda.

Art. 9.º - O Tribunal funcionarão estando presentes os seus membros em todos os empregados os casos legítimos competirem substituí-los, e celebrará uma sessão ordinária no dia de quinta-feira em no anterior, quando for aquella feriado, e extraordinariamente quando for convocada pelo Inspector ou a requisição de qualquer de seus membros.

Art. 10.º - Todos os negócios da competência do Tribunal serão decididos por maioria de votos dos seus membros.

Art. 11.º - De cada sessão do Tribunal se lavrará uma acta, que mencionará todos os negócios tratados inclusive as decisões definitivas e os despachos ou destinos que tiverem os papéis apresentados. Esta acta será discutida e aprovada na sessão seguinte e assignada pelos membros que na referida sessão funcionarem; e quando, por qualquer incidente, algum dos membros não estiver assignado, esta será mencionada na acta subsequente.

Art. 12.º - Os membros do Tribunal serão individualmente responsáveis por sua votação manifestamente dolosa ou contraria ao lei e aos interesses do Estado.

Art. 13.º - Qualquer um dos membros do Tribunal tem o direito de pedir prazo para estudar a matéria submetida à sua deliberação e neste caso lhe serão entregues todos os papéis concernentes ao assumpto, devendo voltar na sessão seguinte ou extraordinária quando o mesmo assumpto for julgado de argeio.

Art. 14.º - O Tribunal quando não se conformar com os pareceres e informações escritas, poderá apresentar o parecer escrito ou verbal fundamentado ou assignar-se vendido.

Art. 15.º - As decisões do Tribunal serão definitivas e delias não caberá recurso perante o presidente do Estado, pelas partes ou qualquer dos seus membros.

Art. 16.º - O Tribunal reconhecerá:

- 1.º - Sobre a instituição das catapilhas de selo adesivo de Estado quando intervier;
- 2.º - Sobre a emissão, sortido e resgate das apólices da dívida pública;
- 3.º - Sobre a emissão de catapilhas de selo adesivo.

Art. 17.º - Os recursos previstos no art. 15.º são voluntários e de efeito suspensivo, salvo o caso de prisão do responsável por almeas.

Art. 18.º - O efeito suspensivo, cessará com a publicação do despacho negativo, não sendo admitido recurso a essas decisões.

Art. 19.º - Nos recursos ao observará o seguinte:

1.º - Será interposto dentro do prazo determinado por lei regulamento ou edital, e em casos omissoes, dentro de 30 dias successivos da data das decisões publicadas na imprensa ou da intimação, quando for caso desta, sob pena de preclusão de direitos.

2.º - Serão formulados em requerimentos, devidamente documentados, selados, datados e assignados pelo recorrente ou seu legítimo procurador e dirigidos por intermédio do chefe da Repartição que deu origem ao caso.

Art. 20.º - Pretendidas essas formalidades, que são substanciaes, em nenhuma outra instancia se tomará conhecimento do recurso.

Art. 21.º - Ao recorrente será imputada a demora que exceder do prazo legal, porém, em caso algum, lhe prejudicam os erros ou enganos cometidos pelos empregados uma vez que, tendo observado as prescrições legais.

Art. 22.º - Interposto o recurso será elle encaminhado ao presidente do Estado pelo autoridade competente, fazendo esta acompanhada de informações circunstanciaes sobre o assumpto e quaisquer outros documentos que o esclareçam.

Art. 23.º - Os recursos sobre decisões do Tribunal do Thessouro, em materia contenciosa, são interpostos em casos de incompetencia, violação de lei ou preterição de formalidades essenciaes.

## CAPÍTULO IV

DA INSPECTORIA

Art. 24.º - A Inspectoria, na sua qualidade de executora das ordens do presidente do Estado, é obrigada e responsável:

a) - pela fiel observancia desta regulamento;

b) - pela exactidão, veracidade, legalidade e oportunidade de todo movimento ou comunicação assignada pelo recorrente ou seu legítimo procurador;

c) - pela boa ordem e marcha do serviço geral, fiscalizando que os dinheiros e valores sejam recolhidos no Thessouro nos prazos legais;

d) - pela guarda dos documentos processados até terminar a sua liquidação;

e) - para remeter ao presidente do Estado, um mez antes da abertura da Assembléa Legislativa, um relatório circunstanciado de todos os trabalhos executados durante o ultimo anno financeiro e o primeiro semestre do exercicio corrente, expondo o estado das diversas ranchas de trabalho, e propondo as medidas que julgar convenientes à boa marcha da administração da Fazenda, annexando os seguintes documentos:

1.º - balanço definitivo da receita e despesa do ultimo exercicio;

2.º - balanço da receita e despesa do 1.º semestre do exercicio corrente;

3.º - quadro da dívida activa e passiva do Estado;

4.º - bases para o orçamento da receita e despesa para o futuro exercicio.

Art. 25.º - O Inspector tem plenos poderes:

1.º - sobre todos os funcionários e empregados da Fazenda em materia de serviço publico, de accordo com a legislação em vigor;

2.º - para suspender provisoriamente qualquer empregado da Fazenda, segundo os casos e as prescrições do presente regulamento, communicando o facto ao presidente do Estado;

3.º - para suspender, destituir e substituir os empregados que são de sua nomeação;

4.º - para tomar contas aos responsáveis e todo mais que a este respeito for preciso fazer de acordo com a legislação em vigor;

5.º - para decretar a prisão administrativa contra os responsáveis para com a Fazenda estadual nos termos do § 5.º do art. 360 da lei n. 333, de 21 de outubro de 1911;

Art. 26.º - Compete ao Inspector:

1.º - fazer parte do Tribunal do Thessouro;

2.º - dirigir e inspecionar os serviços da secretaria do Thessouro;

3.º - resolver qualquer dúplica suscitada entre empregados em seções;

4.º - dar posse e receber o compromisso dos empregados que forem nomeados;

5.º - proteger o expediente, expedindo portaria meia hora antes do encerramento dos trabalhos;

6.º - fiscalizar a observancia de todos os contratos, commissões e adiantamentos;

7.º - cumprir e fazer cumprir as decisões do Tribunal do Thessouro, ordens e despachos do presidente do Estado;

8.º - expedir ordens, intimações e circulares que julgar precisas para a melhor regularidade dos serviços sobre a sua gestão;

9.º - inspecionar qualquer outro assumpto, pessoalmente ou por empregados de sua immediata confiança as repartições subordinadas a sua autoridade levando ao conhecimento do governo o resultado da inspecção, medidas que tomou e as que se tornam ainda precisas;

10.º - abrir, encerrar, publicar os livros principaes da repartição, podendo delegar poderes a outro empregado relativamente aos demais livros;

11.º - propor a nomeação, demissão e remoção dos empregados do Thessouro e dos seus auxiliares;

12.º - propor a criação, alteração, mudança ou supressão das repartições circulares;

13.º - assignar com o thesoureiro as letras sacadas em accéssas pelo Thessouro;

14.º - assignar os cheques de recolhimento do Thessouro sobre estabelecimentos financeiros;

15.º - impôr aos funcionários do Thessouro nos da Fazenda estadual as multas e penalidades que sejam de sua alçada;

16.º - presidir o Tribunal do Thessouro e os seus inqueritos administrativos;

17.º - preferir todos os despachos interlocutorios ou tandem a exigir esclarecimentos e informações para o preparo dos negócios;

18.º - mandar autor os casos de resistência e desobediencia quer por parte de empregados ou de pessoas estranhas, enviando os autos a quem de direito pertence proceder criminalmente, dando de todo parte detalhada e immediata ao presidente do Estado;

19.º - mandar publicar os editaes, decisões, despachos, etc. do Thessouro para melhor conhecimento dos interessados;

20.º - emitir pareceres sobre assumptos de natureza privativa competência e responder a consultas cuja natureza não tenha ligação com as attribuições do Tribunal do Thessouro;

21.º - remetter, no principio de cada mez, ao presidente do Estado um balanço da receita e despesa do mez anterior com os preços detalhados;

22.º - remetter diariamente um extracto do movimento da thesauraria no dia anterior, especificando a receita e despesa e saldos dos respectivos caixas;

23.º - informar, quando se tornar necessario sobre a idoneidade moral e intellectual dos seus subordinados;

24.º - representar ao presidente do Estado contra aquelles de seus empregados a respeito dos quaes houverem informações ou meios ao seu alcance, ouvidos e penalidades (salvo mais estritas);

25.º - fazer todo mais que estiver a seu cargo de acordo com o presente regulamento.

Expediente do Governo do dia 9 de novembro de 1917.

Portarias:

O Presidente do Estado, sob proposta do dr. chefe de Polícia, resolve exonerar o 2.º tenente da Força Policial Manuel Cardoso da Silva, do cargo de delegado de polícia do termo de Areia.

Egual: nomeando para substituí-lo o cidadão Sizenando da Cunha Lima.

Foram remetidas ao sr. dr. chefe de Polícia.

Egual:

O Presidente do Estado, com forço proposta do sr. inspetor do Thessouro, resolve nomear o cidadão Antonio de Sá Beneditos para exercer o lugar de agente fiscal da Mesa de Rendos de Souza, sem prejuizo para os cofres do Thessouro do Estado, servindo de titulo ao nomeado a presente portaria.

Poi remetida ao sr. inspetor do Thessouro.

Egual:

O Presidente do Estado resolve nomear o cidadão Ramoninhas Tavares de Araújo para exercer, interinamente, o cargo de official do registro especial de titulos e documentos do termo do Cabaceiras, servindo de titulo ao nomeado a presente portaria.

Expediente do secretario do Estado do dia 10.

Offícios:

Ao exmo. sr. 1.º secretario da Assembléa Legislativa do Estado.

De ordem do exmo. sr. Presidente do Estado, comunico a v. exa. que, nesta data, o mesmo exmo. sr. sancionou os projectos nos 16.18.19, 19 (1913), 20, 23 (1910) e 46 que, convertidos em lei, tornaram os ns. 473, 474, 475, 476, 477, 478 e 479, desta data.

Ao sr. dr. Olimio Victor, digno secretario geral do Estado - Pernambuco.

A respeito do recolhimento de vossos officio circular, datado de 31 de outubro proximo passado, no qual me communicastes haver assumido, naquelle data, o exercicio do cargo de secretario geral do Estado, para o qual fostes nomeado pelo exmo. sr. governador desse Estado.

Agradecendo-vos a gentileza de communicar, provei-me com o ensino para apresentar-vos os meus protestos de elevada estima e consideração.

Despachos do dia 6 de novembro de 1917.

(Retardados)

Officio da Chefatura de polícia, sob n. 236, encaminhando uma conta do sr. João V. Vergara - Ao Thessouro para pagar.

Idem do director das Obras Publicas, sob n. 241, encaminhando uma conta dos srs. Araújo & Comp. - Egual despacho.

Despachos do dia 9 de novembro de 1917.

Petição do dr. Miguel de Medeiros Raposo - Ao Thessouro para pagar.

Idem do João Ribeiro da Cunha - Deferido de accordo com as informações do Thessouro.

Despachos do dia 10 de novembro de 1917.

Petição de Enéas Epitacio da Silva - Deferido de accordo com as informações do Thessouro.

Idem de Augusto Toscano de Brito, 2.º tenente da Força Policial - Como requer.

Idem de Henrique de Sá Leitão, procurador de Antonio Laurentino Garcia - Ao Thessouro para pagar, em vista das informações dadas.

Idem do preso sentenciado, João Francisco de Souza, vulgar João Correia - Ao juiz da comarca de Guarabira para fornecer os documentos.

Officio do director da Bibliotheca Publica, sob n. 180 - Ao Thessouro para pagar.

Idem do director das Obras Publicas, sob n. 250, encaminhando as folhas dos operarios das mesmas obras - Egual despacho.

NO VERÃO 5000 Chapéus de Palha de 288 PZS.

Loterias Federaes

Dia 12 de novembro

Extensão 254.º

18797 25.000.000

28781 2.000.000

Dr. Cunha Pedrosa

Advogado

Escrevente e redactor em

Carvalho de Sá n. 41

RIO DE JANEIRO

(Continuação)

## Seccão Livre

Corina C. de Andrade Espinola

Arthur Almino de Andrade Espinola e a familia agradecem ao intimo do Alma, a todos os seus parentes e amigos que, em homenagem ao seu querido publico desta cidade, o corpo de sua estremecida filha, Corina, e de novo se sentida a assistir a uma festa que, em suffagio a sua alma, mandou celebrar na igreja de S. Pedro Gonçalves, pelas 7 horas da manhã do dia 14 no cemiterio de Parahyba, em 13 de novembro de 1917.

## Vende-se ou aluga-se

Um sítio na estrada de Mandacari, a tratar com Filadelfo Martins.

## Sítio à venda em Guarabira

Vende-se um sítio vantajosamente situado à margem do aqueduto e da estrada de ferro a cinco minutos distante da cidade, muito pittoresco, contendo matto, muitas arvores de construção, grande numero de fruteiras de qualidade mangueiras, laranjeiras, cedros, eucalyptos, fructificando, coqueiros, abacaxis, bananeiras, abacateiros, laranjeiras da Bahia, esperteiros, etc., café, etc. todo cercado de arame. Quem pretender adquirir o sítio dirigir-se em Guarabira ao dr. Antonio Guedes e nos capital a e-ta redacção.

## CLINICA MEDICA

Dr. Silvino Nobrega

ADJUNTO DA SANTA CASA

Dedicado especialmente ao tratamento dos moléstias de estomago, do fígado e do intestino.

Consultorio Pharmacia Londres, de 2 a 4 horas da tarde. - Consultas gratis aos pobres. - Chamado para qualquer parte.

Fundação: Rua Boa, 18.

## Vende-se

por baixo preço uma agua de três annos e meio, com quasi sete palmos de altura, muito bem assignalada para corridas. Faculta-se ao pretendente a experimentação ao hypodermico. A tratar na gerencia deste jornal.

## Chapéu de sol

Raposo ao cavalheiro que, em durida por engano, confundiu, no dia 6 do corrente, um chapéu de sol que se achava na sala configura a dos trabalhos da Assembléa Estadual, a fuzeta de entregal-o nesta redacção.

## AVISO

João Americo, a lista eleitoral, com prazias nas grandes officinas da capital federal offerece os seus serviços ao publico parahybano, podendo ser encontrado à rua Barão do Triunpho n. 24.

## AVISO

Do regresso do Rio de Janeiro, onde frequentei os cursos dos mais abalizados professores, apurando-me no estudo da syphilis e das varias moléstias das senhoras, aviso aos meus clientes que me acho inteiramente ao seu dispor, continuando a clinicar dentro das minhas primitivas praxes.

Campina, 10-8-1917.

Dr. Vicente Trevas

Médico da Municipalidade.

## A Farinha Lactea

"NESTLÉ"

Tem fama mundial como alimentacao para crianças, adultos e convalescentes.

## Campina Grande

Vende-se uma casa com um terreno de 20 metros de frente por 90 de fundo, cercado e um bem acedido barreiro de agua potavel à rua Amaro Coutinho, no pé dos currais e em frente ao tabellão M. Tavares.

A tratar com: Faustiano de Azevedo, em Campina e com F. C. Baptista e irmão nesta cidade.

Rua da Republica-65.

## Novidades de Livraria

Almanach para 1918 e outras novidades literarias na Livraria Editora.

Almanach para 1918 e outras novidades literarias na Livraria Editora.

Almanach para 1918 e outras novidades literarias na Livraria Editora.

Almanach para 1918 e outras novidades literarias na Livraria Editora.

Almanach para 1918 e outras novidades literarias na Livraria Editora.

Almanach para 1918 e outras novidades literarias na Livraria Editora.

Almanach para 1918 e outras novidades literarias na Livraria Editora.

Almanach para 1918 e outras novidades literarias na Livraria Editora.

Almanach para 1918 e outras novidades literarias na Livraria Editora.

Almanach para 1918 e outras novidades literarias na Livraria Editora.

para 1918; Almanach das Senhoras, para 1918; Almanach Illustrado, para 1918; Almanach do Pernambuco, para 1918; Almanach do Mensageiro da Fé.

Todos os livros da Bibliotheca de Educação Moderna. Collecção completa das obras de Oliveira Martins, em 7 tomos. Livros da collecção Justitiana. Collecção completa do Tocantins. Todos os livros da "Cidade Vegetariana de Portugal".

Historia Romantica de Portugal, por Amílcar Mascarenhas em 4 vols; Historia Illustrada da Guerra, por Bernardino de Albuquerque, já está em andamento o 2.º volume, a 18000 cada vol; Historia da Grande Guerra, por Gabriel de Faria, broch., a 15000; Livres Religiosos em todos os generos; A Moda de Paris, em portuguez 1800. Grande variedade em figurinos em portuguez, e em Francez.

Agencia do O Imparcial do Rio, Diário de Pernambuco, da Illustração, Portuguez, Século da Moeda e de todas as revistas do Rio de Janeiro e São Paulo.

Remette-se pelo correio qualq. livro que venha acompanhado de sua importancia.

Pedidos a F. C. Baptista e irmão. Caixa postal 69 - Rua da Republica, 65. Parahyba.

RECIFE - Rua 1.ª de Março n. 12 - 1.ª and. - RECIFE

Expediente: Todos os dias de 12 a 4 horas.

## BROMOCALYPTUS

O mais poderoso antiseptico dos BRONCHIOS. - O melhor preservativo contra TUBERCULOSE PULMONAR

CURAL - TOSSES, BRONCHITES, COQUELUCHE, LARYNGITE, ASTHMA, CONSTIPACAO, PNEUMONIA, ESCARROS SANGUINOS, etc. - Contém de 20 a 30 gotas de extracto de eucalypto.

GOTTAS SEDATIVAS UTERINAS

Infantiliza e trata as Colicas de Utero e Ovario. Fazem desapparecer instantaneamente as Colicas Uterinas após o parto.

Vendem-se em todas as Pharmacias e Drograrias.

Depósito GERAL - PHARMACIA DOS POBRES

Rua Barão do Triunpho, n.º 2.

PARAHYBA DO NORTE

jam: casaca, botas de lino, chapéu de sol, meias, botas e meias, a preço barato.

Dispo de officinas com pessoal habilitado para a fabricação, accoita-se encomenda por medida, coqueiros, etc.

Garantia-se a confecção e solidez das obras, feitas com segurança; o o freguez só accoita-se que estiver a seu agrado.

Uma visita, pois, a modesta Sapataria Popular, na antiga Estrada Nova.

Uma visita a titulo de experimentação.

José Alencar Trigueiro

(19-00)

## Um grande negocio

Vende-se um sítio existente no perimetro desta capital, propriedade totalmente nua, com dois portões de ferro, com facha para construção de vinte casas regulares, terra própria para cultura, vincoita a pé da mangueira e espada, fructificando, abacateiros, coqueiros, e outras arvores fructíferas; uma planta de capim em terreno fresco, um deposito de areia para construção, um pequeno chafiz de tijolo e um estabulo hygienico compartimento dez vacas, optimo banheiro, calçadas, quartos para credas, instalação electrica etc.

A casa de residencia tem comodos para grande familia, é ladhada a mosaico, com terraço no centro do uma area ajardinada.

O motivo da venda é o proprietario pretender se retirar desta capital. Trata-se na rua Maciel Pinheiro n. 182.

C. da Gama Lobo.

## Casa á Venda

Vende-se a casa n. 87, à rua Barão da Passagem, a tratar nesta redacção com o sr. Cláudio Moura.

## ALFREDO MONTEIRO

Interno de medicina do Hospital Central do Exército, ex-colega do Hospício Nacional de Alienados, achando-se nesta capital da consulta na PHARMACIA DOS POBRES de 2 a 3 da tarde e de 3 a 5 da PHARMACIA RABELO.

Especialista em syphilis, moléstias de pelle e vias urinarias. Tratamento radical pelo soro therapy.

## Sapataria Popular

Rua da Republica n.º 4 A

Nesta estabelecimento encontram-se um variado sortimento de calçados dos acreditados fabricantes: Molino, Fox Ado e outros de S. Paulo. Rio de Janeiro.

## O Pai da Patria

Este estabelecimento, a realto de primeira ordem, na cidade de Guarabira, na 7 de setembro n.º 8, avisa aos freguezes que reabriu uma bem montada alfaiataria e recebe das praxes: Rio de Janeiro, Pernambuco e Parahyba, um habillamento completo para homens e para

RECIFE - Rua 1.ª de Março n. 12 - 1.ª and. - RECIFE

Expediente: Todos os dias de 12 a 4 horas.

## BROMOCALYPTUS

O mais poderoso antiseptico dos BRONCHIOS. - O melhor preservativo contra TUBERCULOSE PULMONAR

CURAL - TOSSES, BRONCHITES, COQUELUCHE, LARYNGITE, ASTHMA, CONSTIPACAO, PNEUMONIA, ESCARROS SANGUINOS, etc. - Contém de 20 a 30 gotas de extracto de eucalypto.

GOTTAS SEDATIVAS UTERINAS

Infantiliza e trata as Colicas de Utero e Ovario. Fazem desapparecer instantaneamente as Colicas Uterinas após o parto.

Vendem-se em todas as Pharmacias e Drograrias.







## PARTE OFFICIAL

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SR. DR. FRANCISCO CAMILLO DE HOLLANDA

## Decreto n. 867 de 10 de novembro de 1917

(Continuação)

## CAPÍTULO V

## DA SECRETARIA

Art. 27. A secretaria, considerada também uma seção do Thezouro, é encarregada de fazer o expediente e correspondência do Tribunal e do Inspetor.

Art. 28. Servirão na secretaria os empregados designados pelo Inspetor para os quais dirigirá o serviço servindo de secretário do Thezouro e do Tribunal.

Art. 29. Todos os papéis relativos a negócios e competência do Thezouro deverão ser dirigidos à secretaria para serem distribuídos conforme a sua natureza ou assumpto, depois de visados e examinados pelo Inspetor.

Art. 30. Ao secretário incumbem:

- 1.º—abrir toda a correspondência oficial dirigida ao Thezouro ou ao Inspetor;
- 2.º—fazer todo o expediente, dando-lhe o destino conveniente;
- 3.º—entregar ao porteiro, devidamente fechada e subscrita a correspondência expedida;
- 4.º—organizar o índice alfabético das ordens, officios, circulares e portarias expedidas pelo Thezouro;
- 5.º—collecionar e ter sob sua guarda, mandando archivar no fim de cada exercício, as leis e decretos, regulamentos, actos, etc., expedidos durante o anno;
- 6.º—fazer o extracto do expediente e resumo dos actos do Tribunal, afim de serem publicados na imprensa;
- 7.º—protocolar todo o expediente que se destina às autoridades e repartições, bem assim ao serviço interno do Thezouro;
- 8.º—preparar diariamente os papéis para o despacho do Inspetor;
- 9.º—avaliar e ler as actas das sessões do Tribunal;
- 10.º—revisar os despachos proferidos em requerimentos e outros papéis;
- 11.º—publicar os editaes que lhe forem determinados;
- 12.º—fazer e ter em boa guarda tudo que pertencer à Secretaria;
- 13.º—fazer os termos de promessa dos empregados e tudo mais que lhe for exigido pelo Inspetor;
- 14.º—superintender os trabalhos do archivo e portaria;
- 15.º—superintender e conferir os títulos, certidões, copias ou outros quaisquer trabalhos que forem executados pela Secretaria e seções do Thezouro, ficando o pagamento do selo e inutilizando as estampilhas na forma da lei.

Art. 31. Faverá na secretaria, além dos livros necessários ao seu serviço, um protocolo em que se lançará, em resumo, todos os papéis que nella entrarem, declarando-se o destino que tiverem até que finde o negocio sobre que versarem.

Art. 32. O archivo é a seção em que devem ser commoda e seguramente depositados e classificados todos os livros e papéis findos não só do Thezouro, como de todas as repartições.

Art. 33. O serviço e guarda do archivo ficará a cargo do archivista que methodica e classificará dos papéis a elle recolhidos.

Art. 34. Nenhum livro, documento ou outro qualquer papel poderá sair do archivo, sem requisição escrita e firmada pelo empregado que a fizer.

Art. 35. Os recibos dos documentos entregues às seções serão cuidadosamente guardados e acondicionados de modo a se poder de momento conhecer o seu destino.

Art. 36. A propriedade que forem sendo restituídos os documentos, o archivista fará entrega, as requisições em virtude das quais foram elle fornecidos.

Art. 37. Haverá na secretaria um livro em que serão inventariados, por ordem chronologica, todos os papéis e livros existentes por mapas e em que dora em diante forem recolhendo.

Art. 38. Ao archivista compete:

- 1.º—Receber os livros e papéis vindos, não só do Thezouro, como das repartições que lhe estiverem subordinadas, e archivar-os chronologicamente em pastas destinadas, com os rotulos que a primeira vista indiquem a materia e o expediente a que pertencem;
- 2.º—Conservar o archivo em perfeita ordem e asseio;
- 3.º—Organizar, em livro especial, o tombamento de tudo que for confiado a guarda do archivo;
- 4.º—Responder por todo quanto existir no archivo, sob entrega de papéis, livros e documentos a vista da ordem do Inspetor, contador ou procurador fiscal, mediante nota que será restituída, para ser inutilizada quando voltar ao archivo o documento delle retirado.
- 5.º—Passar, mediante variação do Inspetor, as certidões que dependerem dos livros, documentos e papéis existentes no archivo, cujo conhecimento não seja taxativamente prohibido.

Art. 39. Ao porteiro compete:

- 1.º—abrir, meia hora antes da legal, e fechar, depois de findo o trabalho, as portas do edificio do Thezouro e cuidar da limpeza delle e da conservação dos móveis e objectos a elle existentes, dos quaes tomará conta, por inventario, sendo responsavel pela sua guarda, bem como dos livros e papéis;
- 2.º—Fazer chegar aos seus officios os requerimentos, officios e mais papéis que forem entregues ao porteiro;
- 3.º—remetter ao seu chefão a correspondência official;
- 4.º—manter a ordem e o respeito entre as pessoas que se acharem no edificio da repartição, requerendo ao Inspetor as providencias que forem procladas para esse fim;
- 5.º—prestar contas, mensalmente, da applicação das quantias recebidas para as despesas feitas e do expediente da repartição, documentando o emprego das que excederem de cinco mil réis;
- 6.º—cumprir todas as ordens do Inspetor, que versarem sobre o serviço da repartição;
- 7.º—Atender, em todos os serviços que lhe cabem dentro da repartição, devida;
- 8.º—avaliar o porteiro em seu trabalho, devendo-lhe obediencia;
- 9.º—levar no seu destino a correspondência official;
- 10.º—fazer as notificações e diligencias que lhe forem ordenadas pelo Inspetor, executor, contador, pagador delle as certidões necessarias, para o que terão fe publicas;
- 11.º—executar todas as ordens que lhe forem dadas pelos seus superiores;
- 12.º—fazer a maior cautela em que não se extraviassem os livros, papéis e mais objectos que ficarem sobre as mesas, depois de findo o trabalho;
- 13.º—compreender mais horas antes da qual marca para o começo dos trabalhos, o mais cedo se o porteiro determinar a hora;
- 14.º—Cumprir ao critério e ao serviço, auxiliando os continuos no serviço da repartição.

## CAPÍTULO VI

## DA CONTADORIA

Art. 40. A Contadoria do Thezouro terá a seu cargo todo o serviço de contabilidade, expediente e consequente escripturação de todo o movimento economico-financieiro do Estado, sendo expressamente prohibido qualquer lançamento ou liquidação, sem que tenha o visto da Contadoria.

Art. 41. O contador é o chefe da contabilidade, ficando sob sua immediata responsabilidade e fiscalização as seções da Contadoria.

Art. 42. O contador terá a seu cargo os seguintes serviços:

- 1.º—O controle e a fiscalização dos serviços e a guarda dos livros e papéis de qualquer das seções a sua direção.
- 2.º—A Contadoria constará de duas seções com a denominação de primeira e segunda.

Art. 43. Fica a cargo e responsabilidade da primeira seção:

- 1.º—A escripturação dos seguintes livros:
- a)—do de contas correntes com os officios da Força Publica;
- b)—do de assentamento de todo o pessoal activo e activo do Estado, respondendo pelos erros do Thezouro;
- c)—do de contas correntes com os excoerentes da Fazenda;
- d)—do de promissões pertencentes ao Estado e rendas devidas;
- e)—do de créditos a receber por lei ou resolução da Presidência;
- f)—do de inscrições de impostos, de que trata o decreto n. 180, de 26 de dezembro de 1900.

Art. 44. A segunda seção terá a seu cargo os seguintes documentos:

- 1.º—organização dos orçamentos da receita e despesa as tabelas que as devam explicar;
- 2.º—organização das folhas de pagamento do pessoal do Thezouro e das respectivas repartições do Estado, e todo o processo relativo a este ramo de serviço;
- 3.º—passar as certidões que dependerem dos livros e papéis que ainda não tiverem sido recolhidos ao Archivo;
- 4.º—dar parecer sobre o arbitramento das finanças dos excoerentes, servindo de elemento para as deliberações do Tribunal do Thezouro sobre o assumpto;
- 5.º—organizar e fornecer à Direção de Estatística os dados necessários a estatística e exportação, esteja ou não sujeita a pagamento do imposto;
- 6.º—Fazer o controle e a fiscalização dos serviços e a guarda dos livros e papéis de qualquer das seções a sua direção;
- 7.º—A Contadoria constará de duas seções com a denominação de primeira e segunda.

Art. 45. Fica a cargo e responsabilidade da segunda seção:

- 1.º—A escripturação dos seguintes livros:
- a)—do de contas correntes com os officios da Força Publica;
- b)—do de assentamento de todo o pessoal activo e activo do Estado, respondendo pelos erros do Thezouro;
- c)—do de contas correntes com os excoerentes da Fazenda;
- d)—do de promissões pertencentes ao Estado e rendas devidas;
- e)—do de créditos a receber por lei ou resolução da Presidência;
- f)—do de inscrições de impostos, de que trata o decreto n. 180, de 26 de dezembro de 1900.

Art. 46. A segunda seção terá a seu cargo os seguintes documentos:

- 1.º—organização dos orçamentos da receita e despesa as tabelas que as devam explicar;
- 2.º—organização das folhas de pagamento do pessoal do Thezouro e das respectivas repartições do Estado, e todo o processo relativo a este ramo de serviço;
- 3.º—passar as certidões que dependerem dos livros e papéis que ainda não tiverem sido recolhidos ao Archivo;
- 4.º—dar parecer sobre o arbitramento das finanças dos excoerentes, servindo de elemento para as deliberações do Tribunal do Thezouro sobre o assumpto;
- 5.º—organizar e fornecer à Direção de Estatística os dados necessários a estatística e exportação, esteja ou não sujeita a pagamento do imposto;
- 6.º—Fazer o controle e a fiscalização dos serviços e a guarda dos livros e papéis de qualquer das seções a sua direção;
- 7.º—A Contadoria constará de duas seções com a denominação de primeira e segunda.

Art. 47. Fica a cargo e responsabilidade da terceira seção:

- 1.º—A escripturação dos seguintes livros:
- a)—do de contas correntes com os officios da Força Publica;
- b)—do de assentamento de todo o pessoal activo e activo do Estado, respondendo pelos erros do Thezouro;
- c)—do de contas correntes com os excoerentes da Fazenda;
- d)—do de promissões pertencentes ao Estado e rendas devidas;
- e)—do de créditos a receber por lei ou resolução da Presidência;
- f)—do de inscrições de impostos, de que trata o decreto n. 180, de 26 de dezembro de 1900.

Art. 48. A terceira seção terá a seu cargo os seguintes documentos:

- 1.º—organização dos orçamentos da receita e despesa as tabelas que as devam explicar;
- 2.º—organização das folhas de pagamento do pessoal do Thezouro e das respectivas repartições do Estado, e todo o processo relativo a este ramo de serviço;
- 3.º—passar as certidões que dependerem dos livros e papéis que ainda não tiverem sido recolhidos ao Archivo;
- 4.º—dar parecer sobre o arbitramento das finanças dos excoerentes, servindo de elemento para as deliberações do Tribunal do Thezouro sobre o assumpto;
- 5.º—organizar e fornecer à Direção de Estatística os dados necessários a estatística e exportação, esteja ou não sujeita a pagamento do imposto;
- 6.º—Fazer o controle e a fiscalização dos serviços e a guarda dos livros e papéis de qualquer das seções a sua direção;
- 7.º—A Contadoria constará de duas seções com a denominação de primeira e segunda.

Art. 49. Fica a cargo e responsabilidade da quarta seção:

- 1.º—A escripturação dos seguintes livros:
- a)—do de contas correntes com os officios da Força Publica;
- b)~do de assentamento de todo o pessoal activo e activo do Estado, respondendo pelos erros do Thezouro;
- c)~do de contas correntes com os excoerentes da Fazenda;
- d)~do de promissões pertencentes ao Estado e rendas devidas;
- e)~do de créditos a receber por lei ou resolução da Presidência;
- f)~do de inscrições de impostos, de que trata o decreto n. 180, de 26 de dezembro de 1900.

Art. 50. A quarta seção terá a seu cargo os seguintes documentos:

- 1.º—organização dos orçamentos da receita e despesa as tabelas que as devam explicar;
- 2.º—organização das folhas de pagamento do pessoal do Thezouro e das respectivas repartições do Estado, e todo o processo relativo a este ramo de serviço;
- 3.º—passar as certidões que dependerem dos livros e papéis que ainda não tiverem sido recolhidos ao Archivo;
- 4.º—dar parecer sobre o arbitramento das finanças dos excoerentes, servindo de elemento para as deliberações do Tribunal do Thezouro sobre o assumpto;
- 5.º—organizar e fornecer à Direção de Estatística os dados necessários a estatística e exportação, esteja ou não sujeita a pagamento do imposto;
- 6.º—Fazer o controle e a fiscalização dos serviços e a guarda dos livros e papéis de qualquer das seções a sua direção;
- 7.º—A Contadoria constará de duas seções com a denominação de primeira e segunda.

Art. 51. Fica a cargo e responsabilidade da quinta seção:

- 1.º—A escripturação dos seguintes livros:
- a)~do de contas correntes com os officios da Força Publica;
- b)~do de assentamento de todo o pessoal activo e activo do Estado, respondendo pelos erros do Thezouro;
- c)~do de contas correntes com os excoerentes da Fazenda;
- d)~do de promissões pertencentes ao Estado e rendas devidas;
- e)~do de créditos a receber por lei ou resolução da Presidência;
- f)~do de inscrições de impostos, de que trata o decreto n. 180, de 26 de dezembro de 1900.

Art. 52. A quinta seção terá a seu cargo os seguintes documentos:

- 1.º—organização dos orçamentos da receita e despesa as tabelas que as devam explicar;
- 2.º—organização das folhas de pagamento do pessoal do Thezouro e das respectivas repartições do Estado, e todo o processo relativo a este ramo de serviço;
- 3.º—passar as certidões que dependerem dos livros e papéis que ainda não tiverem sido recolhidos ao Archivo;
- 4.º—dar parecer sobre o arbitramento das finanças dos excoerentes, servindo de elemento para as deliberações do Tribunal do Thezouro sobre o assumpto;
- 5.º—organizar e fornecer à Direção de Estatística os dados necessários a estatística e exportação, esteja ou não sujeita a pagamento do imposto;
- 6.º—Fazer o controle e a fiscalização dos serviços e a guarda dos livros e papéis de qualquer das seções a sua direção;
- 7.º—A Contadoria constará de duas seções com a denominação de primeira e segunda.

Art. 53. Fica a cargo e responsabilidade da sexta seção:

- 1.º—A escripturação dos seguintes livros:
- a)~do de contas correntes com os officios da Força Publica;
- b)~do de assentamento de todo o pessoal activo e activo do Estado, respondendo pelos erros do Thezouro;
- c)~do de contas correntes com os excoerentes da Fazenda;
- d)~do de promissões pertencentes ao Estado e rendas devidas;
- e)~do de créditos a receber por lei ou resolução da Presidência;
- f)~do de inscrições de impostos, de que trata o decreto n. 180, de 26 de dezembro de 1900.

Art. 54. A sexta seção terá a seu cargo os seguintes documentos:

- 1.º—organização dos orçamentos da receita e despesa as tabelas que as devam explicar;
- 2.º—organização das folhas de pagamento do pessoal do Thezouro e das respectivas repartições do Estado, e todo o processo relativo a este ramo de serviço;
- 3.º—passar as certidões que dependerem dos livros e papéis que ainda não tiverem sido recolhidos ao Archivo;
- 4.º—dar parecer sobre o arbitramento das finanças dos excoerentes, servindo de elemento para as deliberações do Tribunal do Thezouro sobre o assumpto;
- 5.º—organizar e fornecer à Direção de Estatística os dados necessários a estatística e exportação, esteja ou não sujeita a pagamento do imposto;
- 6.º—Fazer o controle e a fiscalização dos serviços e a guarda dos livros e papéis de qualquer das seções a sua direção;
- 7.º—A Contadoria constará de duas seções com a denominação de primeira e segunda.

Art. 55. Fica a cargo e responsabilidade da sétima seção:

- 1.º—A escripturação dos seguintes livros:
- a)~do de contas correntes com os officios da Força Publica;
- b)~do de assentamento de todo o pessoal activo e activo do Estado, respondendo pelos erros do Thezouro;
- c)~do de contas correntes com os excoerentes da Fazenda;
- d)~do de promissões pertencentes ao Estado e rendas devidas;
- e)~do de créditos a receber por lei ou resolução da Presidência;
- f)~do de inscrições de impostos, de que trata o decreto n. 180, de 26 de dezembro de 1900.

Art. 56. A sétima seção terá a seu cargo os seguintes documentos:

- 1.º—organização dos orçamentos da receita e despesa as tabelas que as devam explicar;
- 2.º—organização das folhas de pagamento do pessoal do Thezouro e das respectivas repartições do Estado, e todo o processo relativo a este ramo de serviço;
- 3.º—passar as certidões que dependerem dos livros e papéis que ainda não tiverem sido recolhidos ao Archivo;
- 4.º—dar parecer sobre o arbitramento das finanças dos excoerentes, servindo de elemento para as deliberações do Tribunal do Thezouro sobre o assumpto;
- 5.º—organizar e fornecer à Direção de Estatística os dados necessários a estatística e exportação, esteja ou não sujeita a pagamento do imposto;
- 6.º—Fazer o controle e a fiscalização dos serviços e a guarda dos livros e papéis de qualquer das seções a sua direção;
- 7.º—A Contadoria constará de duas seções com a denominação de primeira e segunda.

Art. 57. Fica a cargo e responsabilidade da oitava seção:

- 1.º—A escripturação dos seguintes livros:
- a)~do de contas correntes com os officios da Força Publica;
- b)~do de assentamento de todo o pessoal activo e activo do Estado, respondendo pelos erros do Thezouro;
- c)~do de contas correntes com os excoerentes da Fazenda;
- d)~do de promissões pertencentes ao Estado e rendas devidas;
- e)~do de créditos a receber por lei ou resolução da Presidência;
- f)~do de inscrições de impostos, de que trata o decreto n. 180, de 26 de dezembro de 1900.

Art. 58. A oitava seção terá a seu cargo os seguintes documentos:

- 1.º—organização dos orçamentos da receita e despesa as tabelas que as devam explicar;
- 2.º—organização das folhas de pagamento do pessoal do Thezouro e das respectivas repartições do Estado, e todo o processo relativo a este ramo de serviço;
- 3.º—passar as certidões que dependerem dos livros e papéis que ainda não tiverem sido recolhidos ao Archivo;
- 4.º—dar parecer sobre o arbitramento das finanças dos excoerentes, servindo de elemento para as deliberações do Tribunal do Thezouro sobre o assumpto;
- 5.º—organizar e fornecer à Direção de Estatística os dados necessários a estatística e exportação, esteja ou não sujeita a pagamento do imposto;
- 6.º—Fazer o controle e a fiscalização dos serviços e a guarda dos livros e papéis de qualquer das seções a sua direção;
- 7.º—A Contadoria constará de duas seções com a denominação de primeira e segunda.

(Continua)

## Decreto n. 868, de 13 de novembro de 1917

Classifica de 1.ª entrancia as comarcas de Umbureiro, Alagôa do Monteiro e Misericórdia e designa o dia 13 de dezembro proximo vindouro para ter lugar a instalação das mesmas.

O doutor Francisco Camillo de Hollanda, Presidente do Estado da Parahyba do Norte, usando da attribuição que lhe confere o § 1.º do art. 36 da Constituição Estadual.

## DECRETA:

Art. 1.º São consideradas de 1.ª entrancia as comarcas de Umbureiro, Alagôa do Monteiro e Misericórdia, estabelecidas pelo art. 2.º da lei sob n. 472 de 10 do corrente mez de novembro.

Art. 2.º Fica designado o dia 13 de dezembro proximo vindouro para ter lugar a instalação das supra ditas comarcas.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

O secretario de Estado faga publicar o presente decreto, expedindo as ordens e communicações necessarias.

Palácio do Governo do Estado da Parahyba do Norte, em 13 de novembro de 1917, 29.ª da Proclamação da Republica.

(Ass.) DR. FRANCISCO CAMILLO DE HOLLANDA

## Lei n. 476, de 10 de novembro de 1917

Autoriza ao Poder Executivo a mandar contar, para os efeitos de aposentadoria, o tempo de 32 annos e 2 mezes que José Luiz Lopes de Medeiros serviu como escripturário da Santa Casa de Misericórdia desta capital e como agente dos Correios na cidade de Itabayana.

O Doutor Francisco Camillo de Hollanda, Presidente do Estado da Parahyba do Norte:

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa do mesmo Estado decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a mandar contar, para os efeitos de aposentadoria, o tempo de 32 annos e 2 mezes que José Luiz Lopes de Medeiros serviu como escripturário da Santa Casa de Misericórdia desta capital, de 1.º de julho de 1870 a 1.º de setembro de 1892, e como agente dos Correios da cidade de Itabayana, de 10 de outubro de 1892 a 8 de abril de 1902.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado a faga imprimir, publicar e correr.

Palácio do Governo do Estado da Parahyba do Norte, em 10 de novembro de 1917, 29.ª da Proclamação da Republica.

(Ass.) DR. FRANCISCO CAMILLO DE HOLLANDA

Foi publicada nesta Secretaria de Estado, em 10 de novembro de 1917.

(Ass.) ORRIS SOARES

Secretario de Estado.

## Lei n. 478, de 10 de novembro de 1917

Autoriza o Governo a melhorar a reforma da praça Manuel Vicente de Lima.

O Doutor Francisco Camillo de Hollanda, Presidente do Estado da Parahyba do Norte:

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa do mesmo Estado decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a melhorar a reforma da praça Manuel Vicente de Lima, comprehendendo em seu tempo de serviço publico o periodo em que exerceu o lugar de guarda da Recebedoria de Rendas, calculando as suas vantagens na conformidade da lei de Força Publica em vigor no anno de 1910.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado a faga imprimir, publicar e correr.

Palácio do Governo do Estado da Parahyba do Norte, em 10 de novembro de 1917, 29.ª da Proclamação da Republica.

(Ass.) DR. FRANCISCO CAMILLO DE HOLLANDA

Foi publicda nesta Secretaria de Estado, em 10 de novembro de 1917.

(Ass.) ORRIS SOARES

Secretario de Estado.

## Lei n. 479, de 10 de novembro de 1917

Autoriza ao Poder Executivo a mandar pagar ao bacharel Lauro Candido Soares do Pinho, a importância de rs. 3218\$428 a que tem direito pelo exercicio do cargo de procurador da justiça da comarca de Guarabira, de 1.º de dezembro de 1891 a 4 de fevereiro de 1892.

O doutor Francisco Camillo de Hollanda, presidente do Estado da Parahyba do Norte:

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa do mesmo Estado decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a mandar pagar ao bacharel Lauro Candido Soares do Pinho a quantia 3218\$428, importância a que tem direito pelo exercicio do cargo de procurador da justiça da comarca de Guarabira, de 1.º de dezembro de 1891 a 4 de fevereiro de 1892.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado a faga imprimir, publicar e correr.

Palácio do Governo do Estado da Parahyba do Norte, em 10 de novembro de 1917, 29.ª da Proclamação da Republica.

(Ass.) DR. FRANCISCO CAMILLO DE HOLLANDA

Foi publicada nesta Secretaria de Estado, em 10 de novembro de 1917.

(Ass.) ORRIS SOARES

Secretario de Estado.

## Lei n. 480, de 12 de novembro de 1917

Subvencions o Collegio «Padre Rolim» situado em Cajazeiras.

O doutor Francisco Camillo de Hollanda, presidente do Estado da Parahyba:

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa do mesmo Estado decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1.º Fica o governo do Estado autorizado a subvencionar annualmente com a quantia de oito contos e quatrocentos mil reis (8-400\$000), o Collegio «Padre Rolim», situado na sede do bispado de Cajazeiras, enquanto permanecer a sua equiparação à Escola Normal da capital.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O secretario de Estado a faga imprimir, publicar e correr.

Palácio do Governo do Estado da Parahyba do Norte, em 12 de novembro de 1917, 29.ª da Proclamação da Republica.

(Ass.) DR. FRANCISCO CAMILLO DE HOLLANDA

Foi publicada nesta Secretaria de Estado aos 12 de novembro de 1917.

(Ass.) ORRIS SOARES

Secretario de Estado.

## Lei n. 481, de 12 de novembro de 1917

Altera a policia civil da capital.

O doutor Francisco Camillo de Hollanda, Presidente do Estado da Parahyba do Norte:

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa do mesmo Estado decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1.º A policia civil da capital se comporá de um delegado auxiliar e de três delegados districtaes. Os delegados districtaes perceberão os vencimentos dos actuaes subdelegados, cujos cargos ficam suppridos.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado a faga imprimir, publicar e correr.

Palácio do Governo do Estado da Parahyba do Norte, em 12 de novembro de 1917, 29.ª da Proclamação da Republica.

(Ass.) DR. FRANCISCO CAMILLO DE HOLLANDA

Foi publicada nesta Secretaria de Estado aos 12 de novembro de 1917.

(Ass.) ORRIS SOARES

Secretario de Estado.

## Lei n. 483, de 12 de novembro de 1917

Supprime os districtos de paz de Cachoeira e S. Miguel, transfere a sede do de Sobrado para Sapé, annexa esta aquella e o de S. Miguel ao do Espírito Santo.

O dr. Francisco Camillo de Hollanda, presidente do Estado da Parahyba do Norte:

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa do mesmo Estado decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1.º Fica suppridos os districtos de paz de Cachoeira e S. Miguel, do municipio e termo do Espírito Santo.

Art. 2.º Fica transferida a sede do districto de paz de Sobrado para a povoação do Sapé, que passará a ser o 2.º districto.

Art. 3.º Ao districto de paz de Sobrado, sem sede no Sapé, fica annexado o territorio que constitua o districto de paz de Cachoeira, exceptuando as propriedades Pau d'Arco e Boa Vista, que passarão a pertencer ao 1.º districto da villa do Espírito Santo.

Art. 4.º Fica igualmente pertencendo ao districto de paz do Espírito Santo, o territorio que constitua o districto de paz de S. Miguel.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.



